

Desmontar o Brasil?

30 SET 1988

João Gilberto Lucas Coelho

Há uma correta dimensão e um grave sofisma na "operação desmonte" como vem sendo conduzida politicamente pelo Governo. A dimensão certa e necessária é a de que com a nova Constituição e, mesmo sem ela, por causa das excessivas gorduras da máquina estatal, estava sendo necessária uma ampla reforma administrativa, o enxugamento do aparelho público federal e o reexame das funções da União. O sofisma fica por conta da atribuição à transferência de recursos para Estados e municípios e outras inovações constitucionais, da responsabilidade por um plano que iria acontecer com ou sem o resultado da Constituinte, já que está ligado a uma determinada visão de como combater o déficit e um acentuado espírito privativista que hoje orienta o Governo.

Na prática, há um outro aspecto de sérias repercussões: enquanto a Constituição escalone a mudança tributária em fases que se prolongam até o exercício de 1991, o Governo propõe uma radical mudança no orçamento do próximo ano, aplicando no assunto o chamado "tratamento de choque", afastado de outras áreas.

As autoridades agem um tanto motivadas por uma não aceitação das linhas mestras da nova Constituição, apenas mudando o discurso de negação ou crítica, para uma irônica posição de exasperar suas consequências e de desvirtuar a direção. Ouve-se isto até nas observações do tipo "eles vão se arrepender de terem insistido nessa reforma tributária", dirigida certamente a parlamentares, governadores e prefeitos. Convenhamos, que esta não é uma atitude de grandeza política, nem leva à consolidação tão de-

sejada da prática democratizadora.

Por outro lado, insiste-se que o magno problema do déficit público, com seus pilares também plantados na dívida externa e, especialmente, na dívida interna, seria resolvido por congelamentos salariais — intentados com a suspensão da URP para o funcionalismo — ou a desmontagem de órgãos públicos. Como tudo isto é bastante insuficiente, perto da vazão imposta pelo mercado de títulos e seus altos juros, passa-se a uma perigosa política de reduzir ou cancelar investimentos importantes. Melhor seria o Governo aproveitar o tabelamento dos juros para um amplo reescalonamento da dívida interna.

Como explicar os brutais cortes em investimentos energéticos e outros de infraestrutura, sob a responsabilidade da União neste ou no próximo regime constitucional?

Ou que a futura Constituição, como a atual, consagre que a reforma agrária só pode ser feita pela União e esta retire recursos de tal setor e ainda ameace desarticular completamente o sistema de extensão e assistência técnica rural, sem o qual os assentamentos tornam-se inviáveis? Será que a União faz a reforma e os Estados pagam a conta dos assentamentos?

Igualmente paradoxal é que a União queira, sem consulta ou acordo, transferir a manutenção de rodovias federais para os Estados. Alega-se, para isto, a mudança de um tributo da área federal para a estadual. Quem alega, muito provavelmente no campo técnico, estejam, entre os que pregam a não vinculação de nenhum imposto a determinada aplica-

ção... Se considerarmos que a transferência do encargo, afinal, é justa e merece ser discutida com as unidades federadas, como aceitar que se cancelem neste exercício as obras em andamento de recuperação de rodovias, quando os Estados só vão receber o tal imposto a partir de janeiro do ano que vem na melhor das hipóteses?

A verdade é que a União, lamentavelmente, não se mostra interessada em discutir uma transição a respeito do futuro de serviços e encargos. Está paralisando, desmontando por conta própria e sem sequer decisão política do Congresso a respeito de prioridades.

Alguns, hoje, batem palmas. Querem a qualquer custo e sob enfoques puramente ideológicos, que a presença estatal diminua, se possível, mingüe e até desapareça. Amanhã, quando faltar infra-estrutura, isto é, o colapso em áreas fundamentais para a indústria e o desenvolvimento tornar-se irremediável, e exigindo médio prazo para uma recuperação do atraso, lamentarão em vão.

Uma ampla discussão sobre o papel de cada nível administrativo e governamental, a necessidade de contenção nos gastos públicos e superação do déficit, a descentralização executória, impõe-se. Todavia, não pode ser mais um pacote anti-social.

Já existe quem, com injustificado saudosismo, diga que as coisas que funcionaram bem em governos autoritários estão sendo desmanteladas por esta experiência civil tão descompassada. Cuidado: não se desmonte o próprio Brasil.

□ João Gilberto Lucas Coelho é diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, da Universidade de Brasília (UnB).

JORNAL DE BRASIL